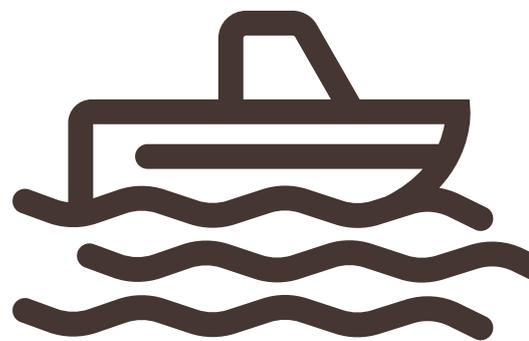


OS VERDADEIROS BANDIDOS DA FARRA DO INSS



OS VERDADEIROS BANDIDOS DA FARRA DO INSS



Jovens milionários, fraudes em série, servidores corrompidos e a blindagem política que sustentou o maior golpe contra aposentados da história recente

Enquanto aposentados e pensionistas perdiam parte de seus benefícios com descontos que jamais autorizaram, uma geração de “jovens empresários” vivia uma ascensão meteórica — carros de luxo, fintechs, holdings e associações de fachada.

Eles são o rosto de um esquema bilionário que se instalou dentro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) durante o governo Jair Bolsonaro, amparado por brechas legais, conivência administrativa e o desmonte deliberado dos sistemas de controle e segurança de dados.

Em 2025, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União desbarataram um esquema criminoso que drenou bilhões de reais dos benefícios de aposentados e pensionistas, envolvendo entidades conveniadas ao INSS.

Mas por trás das siglas e das operações financeiras sofisticadas, há nomes, rostos e conexões políticas. Jovens herdeiros, empresas de fachada, servidores e operadores transformaram a Previdência Social num balcão de negócios.

Documentos e conexões revelados pela CPMI

Documentos que chegaram à CPMI demonstram grande fluxo de transações entre uma rede de entidades envolvidas na fraude do INSS. Os dados revelam que as associações suspeitas de fraudarem filiações de aposentados para cobrar mensalidade firmaram contratos com empresas de crédito consignado e fintechs para captação ilegal de novos filiados.

A associação que mantém maior vínculo com esses empresários é a Amar Brasil Clube de Benefícios, que tem como presidente o aposentado Américo Monte, pai de Américo Monte Jr., dono de fintechs e sócio de empresas de consultoria e tecnologia.

A Amar Brasil repassou R\$ 25 milhões somente para uma empresa de Américo Monte Jr. Outras empresas receberam R\$ 54 milhões da entidade, entre elas: ADV SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, de Anderson Cordeiro de Vasconcelos; AMJ SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COBRANÇA LTDA, de Américo Monte Jr e a EMJC SERVIÇOS LTDA de Felipe Macedo Gomes.



Nos documentos, também se verifica transação entre a Amar Brasil e Igor Dias Delecrode, responsável por forjar assinaturas digitais para filiações falsas por meio de sistemas de tecnologia, além de figurar como presidente e secretário de entidades.

A Amar Brasil, a ANDAP, a Masterprev e a AASAP faturaram 700 milhões de reais com descontos indevidos, segundo investigações em andamento. Felipe Macedo, foi dirigente da Amar Brasil, Américo Monte, da ANDAP, Anderson Cordeiro, da Masterprev, e Igor Delecrode, da AASAP. Eles ostentavam carros esportivos, imóveis nos bairros mais nobres de São Paulo, e patrocinavam eventos religiosos. Num culto evangélico, Macedo chegou a celebrar o crescimento de suas atividades empresariais como “mão de Deus”, mas a fortuna jorrou no mesmo período em que sua associação fechava o contrato com o INSS.

A Amar Brasil faturou R\$ 324 milhões desde que firmou seu acordo com o INSS, em 2022, na gestão do diretor Edson Yamada, sob o comando do ex-ministro da Previdência, José Carlos de Oliveira (PSD). As tratativas para o acordo foram conduzidas por Felipe Macedo Gomes, que aparece como doador da campanha de Onyx Lorenzoni, ex-ministro da Previdência de Bolsonaro.

José Carlos Oliveira substituiu Onyx Lorenzoni no Ministério da Previdência. Yamada, por sua vez, sucedeu José Carlos Oliveira na Diretoria de Benefícios (DIRBEN), repetindo uma dobradinha que já havia ocorrido na Superintendência Regional do INSS em São Paulo, onde Oliveira atuou de 2016 a 2021. Ambos são também sócios na empresa Yamada e Hatheyer Serviços.

Outras associações que operam de maneira semelhante são a Ambec (Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos), a Unabrazil (União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil) e o Cebap (Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas). Juntas, essas entidades movimentaram R\$ 580 milhões em descontos de mensalidades desde que firmaram contratos com o INSS durante o governo Bolsonaro. Todas são ligadas ao empresário Maurício Camisotti, conhecido no setor de seguros e planos de saúde. Ele, seus sócios e familiares possuem mansões que valem mais de R\$ 20 milhões, apartamentos nos bairros mais caros de São Paulo, carros de luxo e conexões com políticos.



Entidades que firmaram seus Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) durante o governo Bolsonaro, sob a gestão de José Carlos Oliveira, Sebastião de Paula e Edson Yamada, que permaneceu no cargo até março de 2023.

ENTIDADES E DATA DOS ACTs:

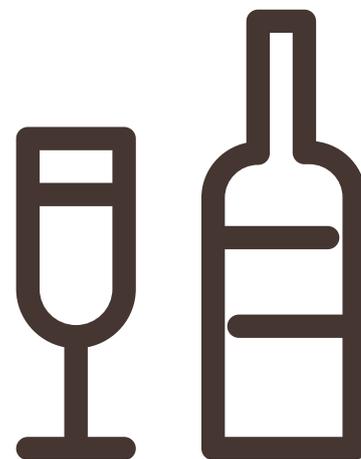
- UNIBAP/UniBrasil – **ACT EM 23/04/2021**
- Abrapps (antes Anapps) – **ACT 27/10/2021**
- AAPB – **ACT EM 26/08/2021**
- AMBEC – **ACT EM 30/08/2021**
- SINAB – **ACT EM 25/11/2021**
- CINAAP – **ACT EM 19/04/2022**
- UNASPUB – **ACT EM 27/04/2022**
- AAPPS-UNIVERSO – **ACT EM 29/04/2022**
- CAAP – **ACT EM 12/05/2022**
- AP BRASIL – **ACT EM 29/06/2022**
- CBPA – **ACT EM 15/07/2022**
- AMAR BRASIL – **ACT EM 11/08/2022**
- CEBAP – **ACT EM 26/12/2022**
- ACOLHER – **ACT 02/01/2023**

ACTs RENOVADOS

- UNIBAP-UNIBRASIL – **ACT RENOVADO EM 23/04/2021**
- RIAAM BRASIL – **ACT RENOVADO EM 29/12/2021**
- CONAFER – **ACT RENOVADO EM 03/06/2022**
- COBAP – **ACT RENOVADO EM 31/08/2022**

SOMADAS, ESSAS ENTIDADES ARRECADARAM MAIS DE 2 BILHÕES DE REAIS DOS APOSENTADOS.

OS ROSTOS DO ESCÂNDALO



Américo Monte Jr o clã do consignado

Empresário do setor de crédito, **Américo Monte Júnior** começou como correspondente bancário. Em pouco tempo, ampliou seus negócios e passou a controlar uma teia de associações “de fachada”, nas quais **colocou o pai, o tio e a filha como dirigentes**.

Foi uma espécie de **empresa familiar do estelionato previdenciário**.

Um ex-funcionário de suas empresas entregou à polícia provas de **fraudes em assinaturas**, confirmando que autorizações de desconto eram fabricadas e revendidas a outras entidades para inflar o número de associados.

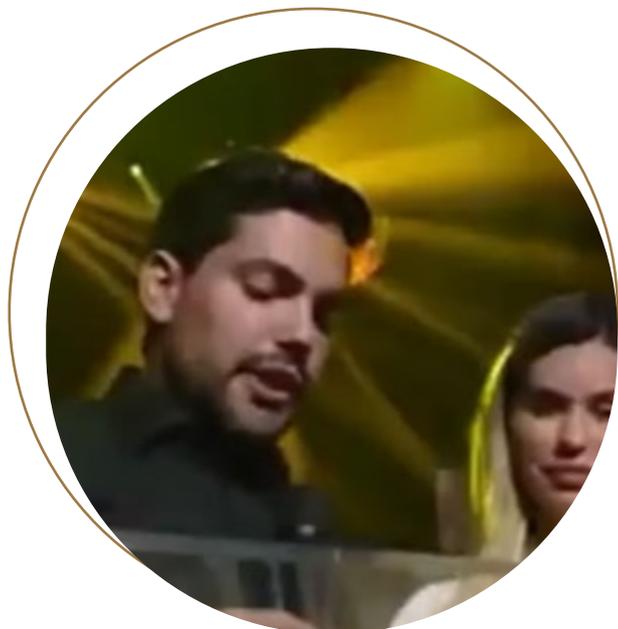
Segundo as investigações, Monte usava o mesmo endereço comercial e as mesmas contas para movimentar dinheiro de várias associações simultaneamente.

Américo Monte, segundo o relatório do Coaf, fez duas transferências de R\$ 500 mil somente a uma conhecida revendedora de Alphaville e outra de Minas Gerais. Deu R\$ 200 mil a um pastor de igreja em Alphaville, R\$ 218 mil a joalherias, e R\$ 100 mil a uma marca de tênis italiana.

Américo aparece como sócio das empresas APCRED ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. e EXPANSÃO CRED ASSESSORIA E COBRANÇA EIRELI – ME; **AMJ SECURITY LTDA**; **AMJC M4 CONSULT LTDA**; **MONTE CONSULTORIA LTDA**; **E&A SECURITY LTDA**; **INOVARE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**.

Americo, Felipe Macedo e Anderson Cordeiro foram sócios da **KAIROS REPRESENTAÇÕES LTDA**.





Felipe Gomes *o banqueiro das associações*

Felipe Macedo Gomes foi presidente da **Amar Brasil Clube de Benefícios**, entidade que firmou convênio com o INSS em **agosto de 2022**, já nos últimos meses do governo Bolsonaro. Após conquistar o ACT, há uma doação de 60 mil reais para campanha de Onyx Lorenzoni, que havia se licenciado do cargo de Ministro da Previdência para disputar o governo do Rio Grande do Sul

Há transação entre **Amar Brasil e a FAE Magazine Virtual, empresa de pequeno porte fundada em agosto em 2020**. Felipe Macedo Gomes seria sócio-proprietário da Fae Magazine Virtual. Segundo reportagens Macedo também possui uma empresa de pagamentos, a RendBank, e uma offshore na Flórida, nos Estados Unidos.

No ofício encaminhado ao instituto, pedindo o acordo de cooperação, Felipe usou o **e-mail corporativo de sua fintech, o Rendbank**. O documento que deveria representar uma associação sem fins lucrativos, na prática, partia de uma instituição financeira privada sob seu controle.

Durante sua gestão, a Amar Brasil saltou de poucas centenas para **quase 200 mil filiados, em tempo recorde**.

De acordo com auditores, o grupo de Felipe mantinha **empresas de marketing digital e captação de crédito**, que simultaneamente ofereciam empréstimos consignados e gerenciavam os descontos “associativos” — a dupla engrenagem do golpe.

O cruzamento de dados da CGU mostra que o **Rendbank recebeu repasses de contas vinculadas às associações**, num modelo que mistura negócio financeiro, entidade social e corrupção ativa.

Gomes, por exemplo, gasta, sozinho, mais de R\$ 100 mil por mês em grifes de luxo, como Luis Vitton, Channel e Dior. Somente em um mês, pagou R\$ 197 mil em parcelas de compras de duas dessas marcas. Também tem carros de luxo como Mercedes e Lamborghini.



Anderson Cordeiro *o estrategista das fintechs*

Menos conhecido, mas igualmente influente, Anderson Cordeiro é apontado pelos investigadores como o elo tecnológico e financeiro entre as associações e o sistema bancário. Empresário do setor de crédito digital, Cordeiro estruturou a integração de dados entre fintechs e entidades conveniadas ao INSS, permitindo que os sistemas de crédito acessassem automaticamente cadastros de beneficiários.

Segundo documentos anexados à CPMI, ele aparece em contratos de assessoria e intermediação firmados com a Amar Brasil e outras associações suspeitas, prestando serviços de “captação de filiados” e “análise de perfil financeiro” — expressões usadas para mascarar operações de venda de dados e intermediação de empréstimos.

Cordeiro é ligado a empresas que desenvolveram plataformas de autenticação digital usadas para validar falsamente adesões de aposentados, atuando em parceria com Igor Delecrode e Felipe Gomes. O trio teria criado um circuito fechado de negócios em que o mesmo grupo captava, cadastrava e cobrava dos aposentados, lucrando em todas as etapas do esquema.



Igor Delecrode *o biométrico das falsificações*

O mais novo do grupo, Igor Dias Delecrode, presidiu a **AASAP (Associação de Amparo Social e Apoio Previdenciário)** e foi dirigente de outras duas entidades que aparecem no centro das investigações: na ABCB/Amar Brasil, foi secretário-executivo e é o atual responsável técnico de tecnologia da informação; na Masterprev, foi membro do conselho fiscal;

Por trás de uma aparência de empreendedor inovador, Delecrode é dono de **empresas de biometria e validação digital** contratadas pelas próprias associações que presidia para “confirmar” as assinaturas dos aposentados.

Na prática, ele criou o elo perfeito entre o golpe e a tecnologia: as mesmas empresas que fabricavam filiações falsas também **“validavam digitalmente” as autorizações, blindando o esquema com verniz de legalidade.**

A Polícia Federal suspeita que as plataformas de Delecrode tenham sido usadas para inserir milhares de autorizações fictícias em massa nos sistemas do INSS — sem que o órgão verificasse a autenticidade.

Ao menos oito entidades que contrataram a Power Bi, uma empresa que pertence ao empresário Igor Dias Delecrode. Apenas essas entidades arrecadaram R\$ 1,4 bilhão com descontos em aposentadorias.

Igor é sócio das empresas Solucoes Power Bi Software Tecnologia E Internet Ltda – aberta em 11/12/2020, a Engaja Solucoes Em Tecnologia Ltda - Aberta em: 29/10/2021, Rhino Tech Desenvolvimento E Tecnologia Ltda - - Aberta em: 12/07/2024 ; -Sank Solucoes Desenvolvimento E Tecnologia Ltda - - Aberta em: 12/07/2024 ; Icd Tech Ltda - Aberta em: 12/03/2025 (Aberta há 6 meses e 26 dias) e - Clint Hub Ltda - Aberta em: 13/03/2025 (Aberta há 6 meses e 25 dias).



Luciano Fracaro o empresário reincidente

Figura conhecida no submundo das fraudes previdenciárias, Luciano Fracaro é empresário paranaense e já foi condenado em processos por fraudes contra aposentados.

Apesar do histórico criminal, ele manteve influência sobre entidades e empresas de crédito que voltaram a aparecer nas investigações da Operação Sem Desconto.

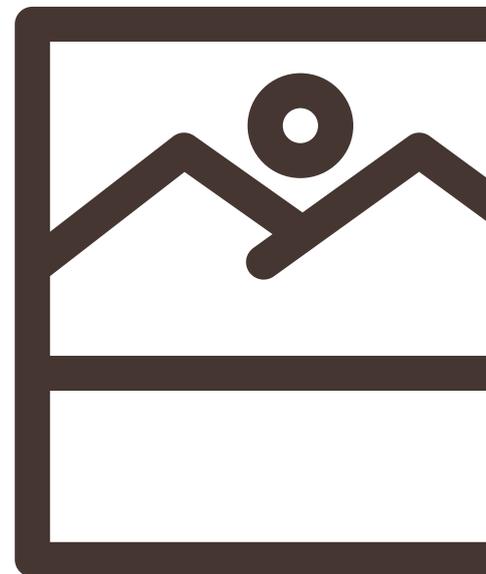
Fracaro é descrito como um operador reincidente, especializado em criar empresas “relâmpago” e laranjas jurídicas para movimentar valores desviados.

Seu estilo de vida de luxo — carros importados, viagens internacionais e festas exibidas nas redes sociais — contrastava com a origem do dinheiro: os descontos indevidos feitos sobre aposentadorias de idosos.

Investigações anteriores já o haviam ligado à Sudacred e à Sudamérica Promotora, empresas usadas para intermediar consignados e repassar comissões a lobistas.

Agora, seu nome reaparece vinculado a contratos com associações de fachada que atuaram no governo Bolsonaro.

Luciano Fracaro aparece como doador da campanha de Ratinho Jr, candidato ao governo do Paraná. Site do TSE registra a doação de 300 mil reais. Adicionalmente, há registros de atuação do deputado federal Ricardo Barros junto ao Banco Central visando impedir restrições à Sudacred quanto à realização de descontos automáticos nos salários de aposentados.



Fernando Cavalcanti

o operador de luxo



Uma das faces mais vistosas da farra é Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, empresário brasileiro, ex-sócio do escritório Nelson Wilians Advogados e dono da empresa Valestra, especializada em terceirização administrativa.

Apontado como articulador financeiro de entidades ligadas ao esquema, Cavalcanti ostentava carros de luxo, relógios de coleção e mansões — símbolos de um enriquecimento meteórico.

Nelson Wilians figura como advogado e amigo de longa data de Maurício Camisotti, empresário do ramo de saúde em São Paulo e dono Total Health Group (THG) e sócio-oculto da AMBEC, Cebap e Unsbras, entidades que fazem parte da fraude do INSS.

Ele foi alvo de mandado de busca e apreensão na Operação Sem Desconto. A Polícia Federal (PF) se deparou com uma verdadeira frota de mais de 20 veículos de luxo ao cumprir mandados de busca e apreensão na casa do empresário. A Polícia rebocou uma Ferrari, réplicas de carros de Fórmula 1, R\$ 300 mil em espécie e obras de arte, além de artigos de luxo, como relógios, vinhos avaliados em R\$ 7 milhões e um capacete autografado por Ayrton Senna.

Chamou a atenção a coleção de 10 motos de alto valor encontradas na garagem do empresário. Os policiais guincharam modelos exclusivos, como a MV Agusta Rush 1000, produzida em série limitada, assim como uma Ducati Panigale Senna, edição especial criada em homenagem a Ayrton Senna, com apenas 161 unidades produzidas no mundo.

Segundo os investigadores, Cavalcanti recebia comissões e repasses das associações conveniadas em contratos de “consultoria” sem prestação comprovada.

Há doação de Cavalcanti para campanha da filha de Ricardo Barros (PP) na disputa para prefeitura do Paraná em 2024.

Fernando é sócio do advogado Nelson Wilians em diversas empresas como a Nwps Participacoes S.a. ; Nw Solucoes E Recuperacao De Credito Ltda. com filiais em estados como Mato Grosso do Sul e São Paulo, além da própria empresa - Fac Negocios E Investimentos Unipessoal Ltda ; Fc Participacoes Unipessoal Ltda e Xbank Digital Solucoes Em Pagamentos S.a. aberta em 2023.



A ENGRENAGEM: BLINDAGEM POLÍTICA, OMISSÃO E LUCRO



Os golpes só prosperaram porque havia terreno fértil. Entre 2019 e 2022, durante o governo Bolsonaro, os controles foram fragilizados, as normas foram flexibilizadas e o esquema de corrupção foi estruturado.

Os golpes só prosperaram porque havia terreno fértil. Entre 2019 e 2022, durante o governo Bolsonaro, os controles foram fragilizados, as normas foram flexibilizadas e o esquema de corrupção foi estruturado.

Foi nesse período que o presidente vetou dispositivos que protegiam dados pessoais dos beneficiários (Lei 13.846/2019) por recomendação do Ministro da Economia, Paulo Guedes e de Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central . Durante o seu governo, o INSS também permitiu que descontos associativos fossem feitos nos benefícios de pensionistas, ampliando ainda mais a margem de lucro de entidades fraudulentas (Decreto 10.537 de 2020). Jair Bolsonaro, por fim, também revogou a obrigatoriedade de revalidação das autorizações de desconto (Lei 14.438/2022) no último ano de seu governo.

Essas medidas, somadas à tentativa de privatizar a Dataprev, abriram as portas para o uso indevido de informações sigilosas de aposentados. Entidades sem representatividade passaram a ter acesso direto aos sistemas, sem controle de biometria, sem checagem documental e com autonomia para realizar descontos automáticos.

Durante esse mesmo período, servidores de carreira do INSS conseguiram ocupar postos chave que permitiram que a engrenagem da corrupção funcionasse.



O diretor de benefício nomeados por Bolsonaro — José Carlos Oliveira e seus sucessores como Edson Akio Yamada — assinaram convênios com entidades agora sob investigação. José Carlos Oliveira teve uma ascensão vertiginosa, em menos de 1 ano se tornou Presidente do INSS e Ministro da Previdência de Jair Bolsonaro.

Vírgilio Oliveira, Procurador junto ao INSS durante a gestão de Bolsonaro deu aval a todos acordos de cooperação técnica (ACTs) feitos entre entidades e o INSS. André Fidélis, diretor do INSS, exonerado em 2024 diante das denúncias de fraudes, também atuava para abrir portas da Autarquia para entidades de fachada.

O ex-diretor de Governança, Planejamento e Inovação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alexandre Guimarães, foi nomeado também em 2021. Guimarães ocupava o cargo responsável por impedir práticas de corrupção dentro da Autarquia, mas recebeu valores de Antonio Carlos Camilo (“careca do INSS”), apontado como principal lobista e operador do esquema.

O relatório de apuração de 2024 sobre os descontos associativos, elaborado pela Auditoria Interna do INSS (Audin), com mais de 200 páginas, analisou a legalidade, legitimidade e efetividade dos descontos em benefícios, além de avaliar se as entidades conveniadas cumpriam as normas dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT). O relatório concluiu que houve falhas na fiscalização, fragilidade no acompanhamento das parcerias e decisões administrativas contrárias à orientação normativa.

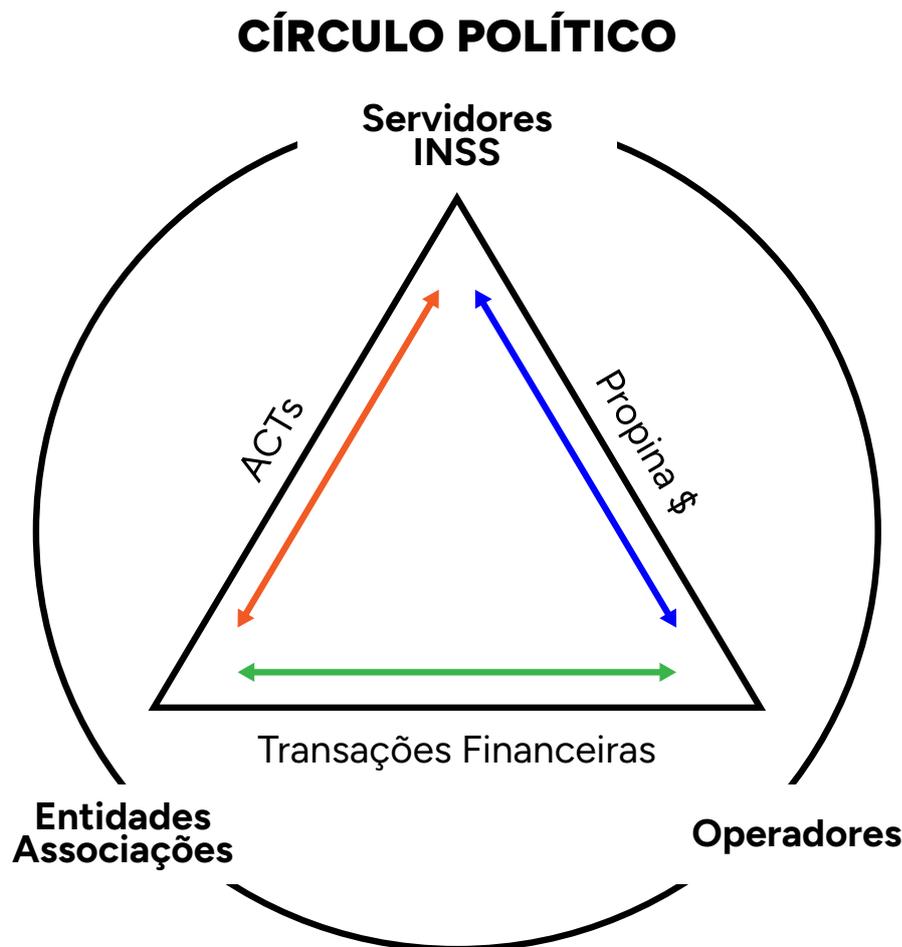
Um dos trechos mais relevantes aponta que, em 2022, não houve fiscalização dos acordos. “Verificou-se que o ato de acompanhamento e verificação previsto nos ACT não foi executado no ano de 2022”, registram os auditores. A ausência é atribuída ao Decreto 10.995/2022 e à Portaria PRES/INSS 1.429/2022, que extinguiram a DANB e transferiram suas atribuições para a Diretoria de Benefícios (DCBEN), já sobrecarregada e sem quadro técnico adequado. “A DCBEN, além de acumular outras atribuições, não possuía quadro técnico suficiente para desempenhar a fiscalização ordinária”, anota o texto. Apesar disso, 12 novos acordos foram firmados naquele ano.

O relatório também alertou para a reincidência de entidades que já haviam tido acordos rescindidos, mas voltaram a operar sem avaliação criteriosa. Ressaltou ainda que não foram cumpridas rotinas de fiscalização previstas em norma, comprometendo a confiabilidade dos dados e dos repasses financeiros.

A Controladoria-Geral da União concluiu que as falhas não foram “erro técnico”, mas omissão administrativa reiterada.



COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA



- Servidores do INSS celebravam Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com Entidades. ACT permite desconto direto na folha de pagamento dos beneficiários.
- Com acesso, as Entidades apresentavam autorização falsa de beneficiários para descontar mensalidades associativas. Descontos variavam de R\$ 30 a R\$ 80 por mês.
- Operadores recebiam pagamentos de representantes das entidades e pagavam propina para intermediários e familiares de servidores do INSS que possibilitavam a celebração do ACT e autorizavam os descontos.
- A triangulação do esquema acontece dentro de um círculo político que alcança indicações de servidores no INSS e relações com entidades e operadores.



A BLINDAGEM POLÍTICA

Durante todo o governo Bolsonaro, as denúncias se acumularam sem resposta.

O Procon-SP, o Ministério Público e servidores do próprio INSS alertaram sobre descontos ilegais. Em 2019, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI Previdência. As atas das reuniões demonstram que inúmeros alertas e denúncias fizeram parte da pauta das reuniões. Apenas 4 entidades tiveram rescisão dos acordos, por ação movida pelo próprio MPF, mas 2 voltaram a operar com outro nome ainda na gestão de Bolsonaro. O Ministro da Justiça era Sérgio Moro, que tinha o papel evitar irregularidades e combater a corrupção, mas nada foi feito.

À frente da Secretaria de Previdência estava Rogério Marinho, hoje líder da oposição no Senado. Sob sua supervisão, o INSS transferiu a competência de autorizar convênios para outra diretoria, tornando mais fácil a reabilitação de entidades já suspensas. O que facilitou a vida da CONAFER, entidade que não possui registro sindical, mas que conseguiu apelar milhões de reais com filiações massivas a cada mês, passando a arrecadar 58 milhões de reais em plena pandemia, quando idosos eram as principais vítimas da COVID-19.

O INSS suspendeu a Conafer, mas a reabilitou três meses depois graças a mudanças operadas pela presidência e diretoria ligadas ao governo Bolsonaro.

Leonardo Rolim, nomeado por Rogério Marinho, José Carlos Oliveira (hoje Ahmed Mohamad) e Jucimar Fonseca — todos com vínculos a gestão Bolsonaro — esvaziaram investigações internas e mantiveram os repasses.

A Operação sem Desconto identificou transações suspeitas entre sócio de Carlos Lopes (Presidente da Conafer) e sócio de José Carlos Oliveira (ex presidente do INSS e ex Ministro do Trabalho e Previdência de Bolsonaro), o mesmo que conseguiu reabilitar a CONAFER a fazer descontos no INSS.

Servidor do INSS e até um empresário subcontratado pela CONAFER chegaram a denunciar o esquema entre 2020 e 2021 após receberam ameaças por parte dos dirigentes da entidade. Uma investigação foi aberta pela Polícia Civil do Distrito Federal e o delegado reportou o caso para a Polícia Federal, mas não teve desdobramentos.

PERSONAGENS SE REPETEM

Em 2021, enquanto entidades fraudulentas como a CONAFER ganhavam milhões de reais durante a pandemia, a CPI da Covid revelava a identidade de um **financiador oculto da Precisa Medicamentos, empresa que intermediou a compra superfaturada da vacina indiana Covaxin pelo governo Jair Bolsonaro.**

O dentista e empresário do ramo de saúde, **Mauricio Camisotti** foi ao banco tentar fazer uma operação de câmbio no valor de 18 milhões de reais em dólares para Precisa Medicamentos. Camisotti afirma que foi ao banco apenas para "endossar" um empréstimo para a Precisa. O "empréstimo" foi formalizado na ocasião pelo advogado **Nelson Wilians, hoje um dos principais aliados do grupo que orbita as entidades investigadas na fraude do INSS. Ele e seu sócio Fernando Cavalcanti foram ouvidos na CPI do INSS.**

Outro nome que aparece é o de **Danilo Trento**. Ele foi indiciado pela CPI da Covid como integrante de uma organização criminoso que tinha por objetivo a prática do crime de fraude em licitação com poder público. De acordo com o relatório final do Senado, ele tinha a ajuda de outras pessoas para fraudar o processo licitatório do Ministério da Saúde para a aquisição de testes rápidos de covid-19, a fim de **beneficiar a empresa Precisa Medicamentos, na qual ele era diretor institucional.**

Na mesma época, um contrato de 20 milhões de reais entre o governo do Distrito Federal e a Precisa para o fornecimento de testes de Covid foi investigado na Operação Falso Negativo, do Ministério Público do Distrito Federal. Segundo as investigações, mesmo oferecendo um preço mais alto, a Precisa foi contratada.

Na ocasião a Polícia Federal chegou a investigar pagamento de propinas a Ricardo Barros, então líder do governo de Bolsonaro e ex-Ministro da Saúde; e Ciro Nogueira, então Ministro da Casa Civil - os inquéritos nunca andaram.



DE UMA CPI PARA OUTRA

Durante a Operação sem Desconto, Danilo Trento reaparece. Ele foi flagrado nas imagens do circuito de segurança do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, carregando malas e acompanhado de Virgílio Antonio Ribeiro de Oliveira Filho, então procurador-geral da Procuradoria Federal Especializada do INSS. Segundo as investigações, Trento atuou junto a Virgílio no esquema e Philipe, agente da Polícia Federal, fez a escolta da dupla em Congonhas para facilitar a circulação do dinheiro da propina.

No inquérito policial ressurgiu o nome de Maurício Camisotti. Ele aparece novamente como sócio oculto, desta vez da AMBEC, entidade de fachada que conquistou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) em pleno agosto de 2021, durante a gestão de Bolsonaro com apenas 3 associados. Em menos de 1 ano o faturamento da entidade saltou de míseros 135 reais para 16 milhões de reais.

Entre as entidades que se destacam nos repasses do INSS, estão a Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec), o Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap) e a União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Unsbras) — atual Unabrasil. Juntas, elas receberam mais de R\$ 50 milhões em apenas um mês.

Todas as 3 entidades têm em suas diretorias parentes e funcionários de empresas da área de saúde e seguros ligadas ao Grupo Total Health (THG) liderado por Maurício Camisotti. Ele fundou a Prodent, do ramo de assistência odontológica, que acabou vendida à SulAmérica por R\$ 145 milhões, em 2018. Suas empresas estão também em nome de José Hermicesar Brilhante Palmeira, que foi missionário de uma igreja na zona leste de São Paulo por mais de 30 anos. Hermicesar também figurou como presidente da AMBEC.

Outros ex-presidentes da associação foram Ademir Fratic Bacic, sobrinho de Camisotti, e o seu pai, Antonio Fratic Bacic. Ademir recebeu mais de R\$ 800 mil da AMBEC. Outra empresa, a Benfix, especializada em gestão de benefícios, está em nome de Cecília Montalvão, ex-esposa de Camisotti. Segundo o inquérito, ela recebeu e transferiu recursos diretamente entre as associações investigadas, o que sinaliza uma prática comum de lavagem de dinheiro para ocultar a origem dos recursos.

Em eventos, o Grupo THG apresenta como responsável pelas “relações governamentais” o empresário e ex-deputado estadual pelo PSDB Antônio Luz Neto, que é bisneto do ex-governador de Santa Catarina Hercílio Luz. Em 2024, Antônio Luz reuniu senadores, deputados, empresários como Camisotti e até um governador no luxuoso Resort Ponta dos Ganchos, que fica na cidade de Governador Celso Ramos (SC). A diária lá chega a R\$ 10,7 mil.

Camisotti mora em um apartamento avaliado em R\$ 9,2 milhões na capital paulista e comprou, em 2021, uma mansão em um dos condomínios de luxo mais badalados do país, em Porto Feliz (SP), por R\$ 22 milhões. Pelo mesmo valor e no mesmo ano, também adquiriu uma mansão tombada no Jardim Europa, bairro nobre paulistano. Ao todo, entre imóveis e carros, seu patrimônio passa dos R\$ 60 milhões. Somente em nome de uma das empresas de Camisotti, há uma frota de oito carros luxuosos, incluindo duas Mercedes-Benz, um Porsche e uma Lamborghini Urus — avaliada em R\$ 3,1 milhões.

Os relatórios do Coaf obtidos pela CPI do INSS apontam para R\$ 59,9 milhões foram pagos pela AMBEC à Rede Mais Saúde, administrada pelo filho de Camisotti, Paulo Otávio Montalvão Camisotti. Também há R\$ 16,1 milhões repassados à Prospect Consultoria Empresarial, de Antonio Carlos Camilo Antunes, o “careca do INSS”.



A OMISSÃO DO GOVERNO BOLSONARO

A conexão entre as duas CPIs expõe o que até então parecia improvável:

a mesma rede que lucrou com a compra de vacinas superfaturadas também drenou recursos das aposentadorias, trocando o Ministério da Saúde pelo INSS como canal de dinheiro público.

É um ciclo de corrupção contínuo, adaptável e resiliente — que sobrevive mudando de cenário, mas mantendo os mesmos personagens, os mesmos métodos e a mesma proteção política. E a mesma vítima: os idosos.

Em ambos os casos, o resultado foi o mesmo: o lucro privado sobre o sofrimento coletivo. Primeiro, durante a pandemia; depois, sobre as aposentadorias e pensões.

O Deputado Luis Miranda, curiosamente, foi o denunciante do caso da venda superfaturada de vacina Covaxin durante a pandemia. Em depoimento na CPI da covid-19, o deputado afirmou que o presidente Jair Bolsonaro sabia que o deputado Ricardo Barros, líder do governo no Congresso, estaria envolvido em suspeitas de irregularidades no processo de compra da vacina indiana Covaxin.

Durante o depoimento, Miranda contou que ele e seu irmão, o servidor Ricardo Luis Miranda, se encontraram com Bolsonaro no dia 20 de março de 2021 para relatar denúncias de irregularidades na importação da vacina.

Segundo ele, o presidente afirmou que sabia que um deputado da base do governo estava envolvido no caso e que levaria a denúncia ao delegado-geral da Polícia Federal, o que não foi feito.

Curiosamente, o Deputado Luis Miranda foi também responsável justamente por inserir a revogação da obrigatoriedade da revalidação dos descontos associativos na medida provisória de Bolsonaro em 2022, o que permitiu que os descontos se perpetuassem sem fiscalização.

pela AMBEC à Rede Mais Saúde, administrada pelo filho de Camisotti, Paulo Otávio Montalvão Camisotti. Também há R\$ 16,1 milhões repassados à Prospect Consultoria Empresarial, de Antonio Carlos Camilo Antunes, o “careca do INSS”.



A INTERFERÊNCIA NA POLÍCIA FEDERAL

De 2019 a 2022 não houve nenhuma auditoria na CGU ou no próprio INSS sobre o tema dos descontos associativos. Mesmo diante de um aumento de 221% nas reclamações em 2022, o governo manteve os acordos vigentes. Sérgio Moro, então Ministro da Justiça, recebeu denúncia do PROCON, mas, a Polícia Federal não foi acionada na época. Quando deixou o governo de Bolsonaro, Moro disse em coletiva que a sua saída seria motivada, entre outras razões, por pedidos reiterados de interferência na Polícia Federal.

A omissão custou caro — e agora, os mesmos personagens que ignoraram o problema tentam usar a CPMI como palco de acusação política, invertendo a narrativa e culpando quem herdou o caos.

AMPLIAÇÃO DO CONSIGNADO

Durante o governo Jair Bolsonaro, o crédito consignado foi amplamente expandido por meio de medidas que aumentaram a margem de endividamento e ampliaram o público atendido. Em 2021, a Lei nº 14.131/2021 elevou de 35% para 40% o limite de comprometimento da renda de aposentados e pensionistas do INSS, sendo 5% destinados ao cartão consignado. Já em 2022, ano da eleição presidencial, o governo editou a MP 1.106/2022, que não apenas manteve a ampliação da margem, mas também autorizou o consignado para beneficiários do BPC e do Auxílio Brasil, uma medida amplamente criticada por estimular o endividamento de famílias de baixa renda e vista como tentativa de uso político do crédito público para fins eleitorais.

Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) feita em 2023 aponta que, entre agosto e outubro, até o final do segundo turno, a gestão Bolsonaro pagou R\$ 9,77 bilhões do total de R\$ 11,65 bilhões previstos no ano em empréstimos consignados do Auxílio Brasil, do Auxílio Caminhoneiro e do Auxílio Taxista, impactando 3,7 milhões de pessoas.



O GOVERNO QUE COMBATEU O QUE HERDOU



Somente em 2023, já sob o governo Lula, a fraude começou a ser desmontada. A CGU começou a realizar auditoria sobre os descontos associativos, o INSS abriu auditoria interna para apuração dos descontos em 2024 e exonerou, André Fidélis, diretor suspeito de envolvimento nas fraudes. A nova gestão suspendeu os convênios suspeitos com todas as entidades, criou a Instrução Normativa nº 162/2024 exigindo biometria facial para todas as autorizações e iniciou o ressarcimento automático das vítimas.

A Operação Sem Desconto, deflagrada em 23 de abril de 2025 pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU), revelou um dos maiores esquemas de fraudes da história recente da Previdência Social.

A investigação identificou um sistema estruturado de descontos indevidos sobre benefícios de aposentados e pensionistas do INSS, realizados por meio de associações e sindicatos que firmaram Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o Instituto para viabilizar cobranças diretas na folha de pagamento.

De acordo com os órgãos de controle, cerca de 70% das entidades auditadas estavam irregulares, com documentação incompleta ou descumprindo as normas que regem os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs).

Em muitos casos, as autorizações para os descontos jamais existiram ou foram obtidas de forma fraudulenta. O modelo beneficiava um grupo de empresas e dirigentes que lucravam com a cobrança automática de mensalidades travestidas de contribuições associativas. As investigações também apontam para o uso de sistemas paralelos dentro do INSS e falhas de controle interno que permitiram a continuidade das irregularidades mesmo após alertas de auditorias.

Na fase inicial, a PF cumpriu 211 mandados de busca e apreensão e seis de prisão temporária em 13 estados e no Distrito Federal, apreendendo carros de luxo, joias, obras de arte e documentos que indicam repasses de propina. Entre os alvos, estão entidades e empresas que atuavam como intermediárias financeiras, lobistas e operadores políticos.

Chamou atenção o padrão de vida dos investigados: mansões avaliadas em mais de R\$ 20 milhões, apartamentos nos bairros mais caros de São Paulo, veículos de alto padrão e festas em resorts com políticos.

As entidades investigadas incluem AMBEC, CONAFER, AMAR BRASIL, AAPB, AAPEN, entre outras. Muitas delas mantinham contratos de repasse de informações com o INSS e, em alguns casos, atuavam em parceria com empresas de crédito consignado, o que ampliava o alcance das fraudes. Documentos apreendidos indicam ainda triangulações financeiras, pagamento de propinas e lavagem de dinheiro para ocultar a origem dos recursos desviados.

O governo federal reagiu suspendendo todos os descontos associativos e afastando dirigentes ligados ao esquema. O então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, foi exonerado, assim como André Fidélis, Diretor de Benefícios, Virgílio Oliveira, Procurador junto ao INSS e outros servidores.

SERVIDORES AFASTADOS

ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO

Ex-presidente do INSS

VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO

Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS

GEOVANI BATISTA SPIECKER

Diretor substituto de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

JUCIMAR FONSECA DA SILVA

Coordenador-geral de Pagamentos e Benefícios,

VANDERLEI BARBOSA DOS SANTOS

Citado como diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

ANDRÉ FIDÉLIS

Exonerado em 2024

A PF também instaurou novas fases da investigação, como a Operação Cambota, para aprofundar o rastreamento de recursos e identificar novos beneficiários da fraude.

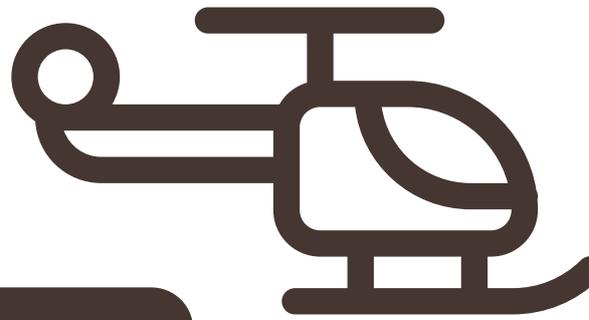
O governo iniciou a devolução dos valores por meio de um mecanismo de ressarcimento automático, com notificação via aplicativo Meu INSS para os beneficiários afetados. O ônus da prova recaiu sobre as próprias entidades, que têm de apresentar documentos comprovando a autorização dos descontos.

Os aposentados que foram lesados já tiveram dinheiro recebido de volta. O primeiro pagamento foi feito em 24 de julho de 2025. O prazo para contestação de descontos indevidos vai até, pelo menos, 14 de novembro de 2025, e a adesão ao acordo continuará disponível após essa data

PUNIR, INVESTIGAR E RESSARCIR

As investigações continuam, com bloqueio judicial de bens que ultrapassa centenas de milhões de reais e uma série de ações penais e administrativas em curso. Até agora, 1,8 bilhão de reais foram devolvidos, 5 milhões de aposentados e beneficiários do INSS já receberam devoluções relativas a descontos ilegais que ocorreram desde 2019.

OPERAÇÃO SEM DESCONTO



A Operação Sem Desconto bloqueou R\$ 2,56 bilhões de bens e valores, cumpriu 211 mandados de busca e apreensão oito prisões preventivas em 13 estados só na 1ª fase.

A CGU abriu 40 processos administrativos contra entidades e empresas envolvidas na fraude.

Em outubro de 2025 foram abertos novos 66 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos estados de São Paulo, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Pernambuco, Bahia e no Distrito Federal.

OS VERDADEIROS BANDIDOS

A “farra do INSS” não foi obra de hackers ou pequenos atravessadores.

Foi um projeto de poder — sustentado por empresários gananciosos, servidores corrompidos e uma máquina pública que escolheu fechar os olhos.

O golpe começou com canetadas presidenciais, foi alimentado por atos normativos e consolidado por omissão deliberada.

Auditorias da Controladoria Geral da União revelaram inúmeras irregularidades nas entidades. A maioria não forneceu a documentação completa exigida pelo INSS e não possuía estrutura operacional adequada para os serviços oferecidos, nem infraestrutura física e nem empregados registrados.

As recentes investigações revelam repasses diretos de contas das associações para fintechs e corretoras de seguro privadas ligadas a “jovens dirigentes” amigos e filhos de grandes empresários. Empresas de Delecrode, Gomes e Monte receberam 700 milhões de reais em “pagamentos de serviços” sem comprovação. Outras transferências foram parar em carros de luxo, grifes, imóveis e contas no exterior.

As entidades operadas pelo empresário Mauricio Camisotti e seus familiares, como a AMBEC, CEBAP, UNSBRAS arrecadaram juntas 56 milhões de reais em um único mês. Camisotti promoveu festa em resort de luxo para políticos em Santa Catarina, cuja diária custa 10 mil reais.

O escritório de advocacia de Eric Fidelis, filho do ex-diretor de benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) André Fidelis, movimentou R\$ 12 milhões pouco depois de ser aberto. Fundado em junho de 2022, quando Eric tinha 30 anos, o escritório decolou financeiramente em pouco tempo



Filho do ex-ministro da Previdência Social Onyx Lorenzoni, o advogado Pietro Lorenzoni atuou para uma das entidades suspeitas, a Unibap. O advogado afirma que seu escritório auxiliava a entidade com redações de atas de assembleias deliberativas, ofícios e minutas em geral. A União Brasileira de Aposentados da Previdência (Unibap) firmou seu acordo em abril de 2021, quando Lorenzoni era chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República de Jair Bolsonaro (PL). Ele assumiria a Previdência em julho daquele ano.

Grupos empresariais com grande influência, servidores do INSS que mantinham acordos espúrios e uma blindagem política permitiram que empresas de seguro, fintechs e associações comerciais se maquiasssem de entidades de representação de aposentados.

O reconhecimento como entidade sindical emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego era um requisito que limitava a quantidade de entidades que podiam firmar Acordos de Cooperação Técnica no INSS, mas essa exigência deixou de valer a partir da gestão de Michel Temer e se perpetuou durante o governo Bolsonaro. Sem precisar comprovar nada, essas empresas disfarçadas de pretensos sindicatos e associações tiveram as portas abertas no INSS e livre acesso à folha de pagamento dos beneficiários da Previdência.

O dinheiro chegava diretamente na conta das entidades de fachada que repassavam os recursos para empresas diversas que supostamente prestavam serviços para entidades. Essas empresas eram geridas por uma rede de empresários e seus familiares. A maioria delas teve lucro absoluto, uma vez que os aposentados sequer tinham conhecimento de que eram associados à essas entidades e foram descontados mensalmente durante anos, sem jamais usufruir de qualquer serviço ou benefício.

Os verdadeiros bandidos são os que lucraram com o sofrimento de aposentados e pensionistas, os que afrouxaram as leis em nome do "mercado", e os que tentam agora transformar o crime em planque político.

O rastro de luxo e impunidade deixado por esses "novos ricos" é o retrato mais cruel de um Brasil em que o Estado foi entregue, sob a gestão Bolsonaro, a quem tratava o dinheiro público como propriedade privada.

No centro do escândalo, há um contraste simbólico. De um lado, aposentados que lutam para reaver R\$ 40 descontados indevidamente de suas aposentadorias.

Do outro, jovens empresários desfilando de Ferrari e abrindo fintechs milionárias com o dinheiro dos mesmos aposentados.



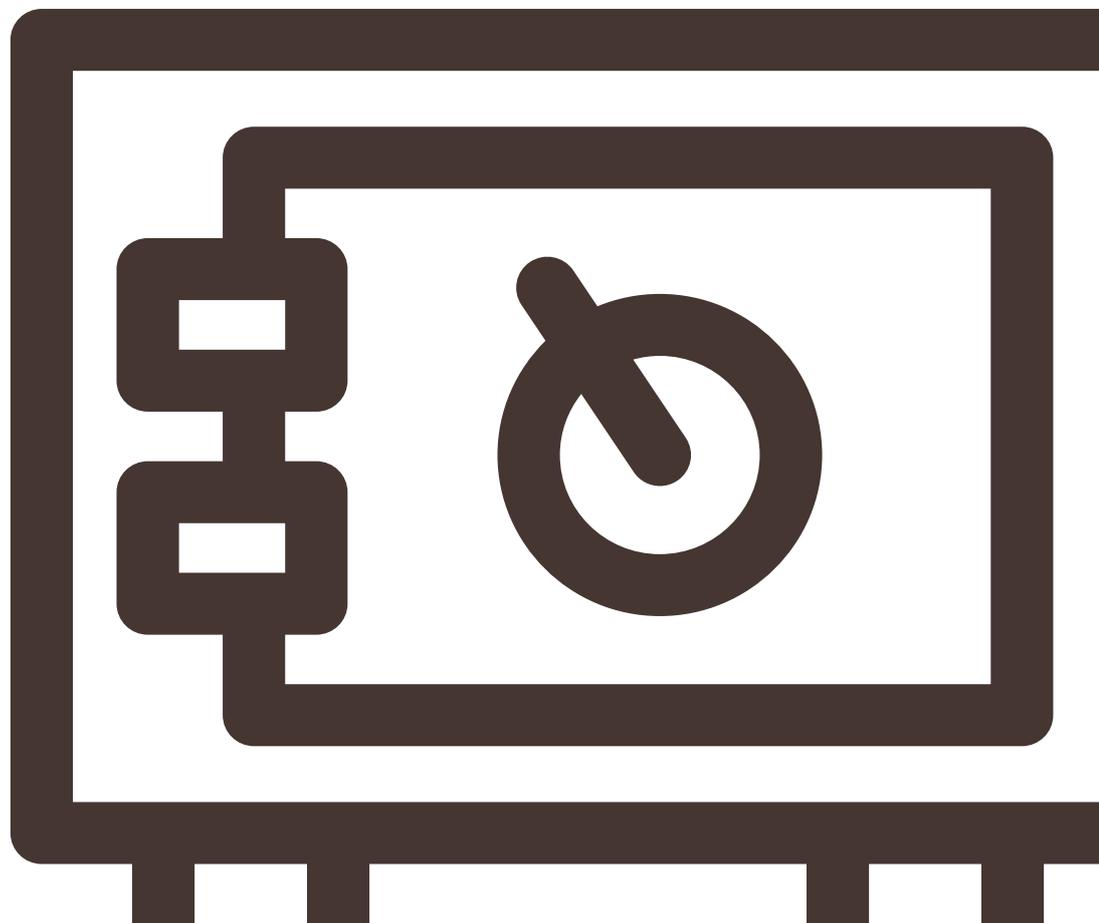
Relatórios enviados à CPMI do INSS, no Congresso, e documentos obtidos mostram gastos com uma vida de altíssimo padrão. Em comum, esses jovens milionários não só dividem o esquema criminoso, gostam de ostentar uma vida de luxo e de puro exibicionismo nas redes sociais. Não há qualquer constrangimento.

No mesmo país em que se discute a taxaçoão dos super-ricos e o fim da jornada 6x1 para trabalhadores, jovens herdeiros e empresários ligados à fraude do INSS desfilam com carros de luxo e fortunas feitas à sombra do Estado.

O contraste é brutal: enquanto o governo Lula busca equilibrar as contas e corrigir distorçoões tributárias históricas, a elite que viveu da pilhagem sobre aposentados ainda ostenta o privilégio de quem nunca foi cobrado. Essa é a verdadeira face da desigualdade — a dos novos ricos que fizeram fortuna explorando os mais vulneráveis sem nunca ter trabalhado de verdade.

De um lado, aposentados buscando reaver os valores descontados indevidamente. Do outro, milionários desfilando em Lamborghinis pagas com o dinheiro desses mesmos aposentados. O contraste é o retrato de um país em reconstrução moral — onde a impunidade veste terno de grife e se esconde atrás de discursos de mérito e eficiência para justificar a corrupção.

A “Operação Sem Desconto” revelou não apenas a dimensão da fraude, mas também as falhas estruturais e a captura do Estado que permitiram sua continuidade — escancarando como interesses privados, lobistas, entidades de fachada e servidores corruptos exploraram a vulnerabilidade de milhões de aposentados para enriquecer, sob a conivência e a omissão deliberada de Jair Bolsonaro, que escolheu não investigar as denúncias, proteger aliados e blindar um esquema criminoso que se instalou em pleno coração da Previdência Social.



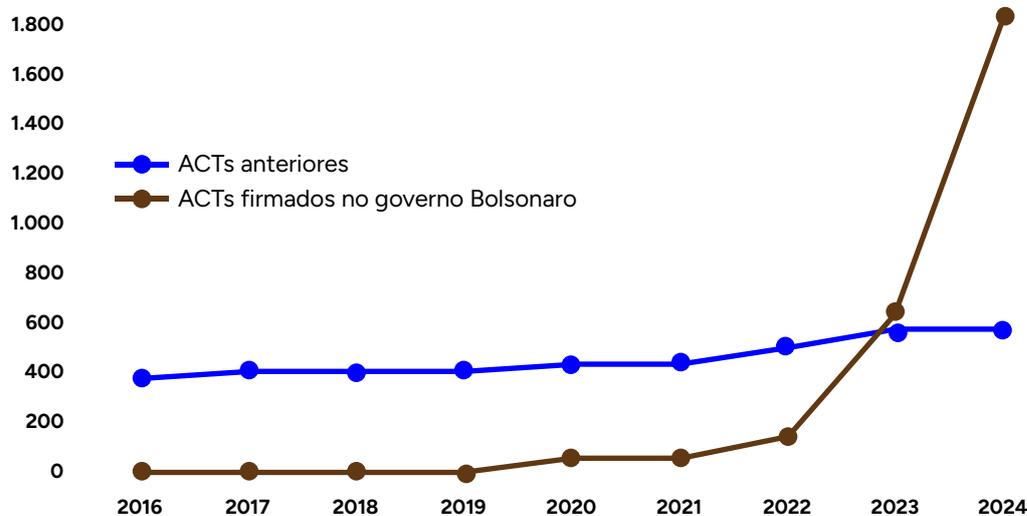
OS ATOS QUE ABRIRAM A BRECHA

- **MP 871/2019** – Criou a revalidação anual dos descontos, mas Bolsonaro sancionou o texto e fez vetos justamente sobre a proteção dos dados dos aposentados. Veto presidencial (Lei 13.846/2019)
- **Decreto 10.537/2020** – Permitiu que descontos associativos fossem feitos também sobre os pagamentos de pensionistas. O que antes era proibido.
- **MP 1006/2020** – Ampliou a margem de crédito consignado para aposentados e adiou a revalidação dos descontos para iniciar apenas a partir de 31 de dezembro de 2022.
- **Lei 14.438/2022** – Revogou de vez a obrigatoriedade de revalidação.
- **Privatização da Dataprev** – Colocou a estatal de dados na lista de desestatização.

O TAMANHO DA FRAUDE

GRÁFICO ARRECADAÇÃO ENTIDADES VINCULADAS GESTÃO BOLSONARO

Valores dos descontos realizados por entidades com ACTs firmados com o INSS (R\$ milhões)



fonte: Relatório de Avaliação INSS - CGU

